Caderno

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 650517 ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 650473 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E MATERIAIS DESCARTÁVEIS

Entrega do Edital: www.sema.pa.gov.br, www.compraspara.

pa.gov.br ou www.comprasnet.gov.br Observação: Novo edital disponível.

Responsável pelo certame: CRISTIANE DE SOUSA LIMA Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br Data da Abertura: 11/03/2014 Hora da Abertura: 10:00

Orcamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso

Origem do Recurso 18122129745340000 339030 0116000000 Est Ordenador: JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 650644 PORTARIA Nº. 233/2014 - GAB/SEMA DE 13 DE JANEIRO DE 2014

O Secretário de Estado de Meio Ambiente no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e considerando os termos do Memorando 99613/2014/DIFISC;

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor **CRISTIANO DA SILVA ROCHA**, matrícula nº. 57212539/2, a responder pela Diretoria de Fiscalização, durante ausência da titular **SIMONE SANTOS LINHARES**, matrícula nº 5569621/2, no período de 25/02/2014

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Belém, 13 de janeiro de 2014. JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES

Secretário de Estado de Meio Ambiente REMOÇÃO DE SERVIDOR NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 650720 PORTARIA Nº. 273/2014 - DGAF/GAB/SEMA DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014

O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, usando das atribuições que lhe são conferidas e considerando os termos do Memorando no 99757/2014/GTRAN/COAD/DGAD; RESOLVE:

REMOVER, o servidor **SANDRO FORO TRINDADE**, matrícula nº 57214834/1, ocupante do cargo de Assistente de Infraestrutura, lotado na Gerência de Controle de Transporte para Gerência de Servicos Gerais/Coordenadoria Administrativa, a contar de

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Belém, 19 de fevereiro de 2014. MÁRCIO ANDRÉ DOS SANTOS LEITÃO

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 650723

PORTARIA: 0292/2014

Objetivo: PARTICIPAR DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO
DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL

Fundamento Legal: ARTIGO 145 DA LEI 5810 E SEUS PARÁGRAFOS

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s): BRASÍLIA/PA - Brasil<br

Servidor(es):
571756291/CECILIA HERNANDEZ OCHOA COUTINHO
(ENGENHEIRO) / 2.5 diárias (Completa) / de 13/02/2014 a

13/02/2014 59035501/HILDEMBERG DA SILVA CRUZ (SECRETARI ADJUNTO) / 2.5 diárias (Completa) / de 13/02/2014 15/02/2014
br (SECRETARIO

Ordenador: Márcio André dos Santos Leitão

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 650740

PORTARIA: 0286/2014

Objetivo: 01-AOS TÉCNICOS: PROCEDER VISTORIA, PARA EMISSÃO DE RESÍDUO FLORESTA; 02- AO MOTORISTA: CONDUZIR VEÍCULO OFICIAL.
Fundamento Legal: ARTIGO 145 DA LEI 5810 E SEUS PARAGRAFOS.
Origan: PELÉMICA SOLUTION

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s): BREU BRANCO/PA - Brasil MOJÚ/PA - Brasil
Servidor(es):

80013121/JOSEMAURO MENDES DE SOUSA (ENGENHEIRO FLORESTAL) / 4.5 diárias (Completa) / de 10/03/2014 a 14/03/2014

14/03/2014
571943771/LEONARDO SILVA DA SILVA (MOTORISTA) / 4.5
diárias (Completa) / de 10/03/2014 a 14/03/2014
555891083/NAÍDE SANTOS AMORIM (ENGENHEIRO FLORESTAL)
/ 4.5 diárias (Completa) / de 10/03/2014 a 14/03/2014
br Ordenador: HILDEMBERG DA SILVA CRUZ
DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 650752
PORTARIA: 289/2014
Objetivo: AOS TÉCNICOS PRESTAR APOIO TÉCNICO QUANTO A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO ÂMBIENTE E AO MOTORISTA CONDUZIR VEÍCULO OFICIAL
Fundamento Legal: ART 145 DA LEI 5.810 E SEUS PARAGRAFOS Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):

Destino(s): CURUÇA/PA - Brasil<br

Servidor(es): 80013371/GISELLE GLAUCIA BENIGNO DE OLIVEIRA (ENGENHEIRO FLORESTAL) / 2.5 diárias (Completa) / de 24/02/2014 a 26/02/2014

24/02/2014 a 26/02/2014
541818182/LUIZ GUILHERME SOUZA DE MENEZES (MOTORISTA)
/ 2.5 diárias (Completa) / de 24/02/2014 a 26/02/2014
58887031/ROSINELE DA SILVA DE OLIVEIRA (ADMINISTRADOR)
/ 2.5 diárias (Completa) / de 24/02/2014 a 26/02/2014 < br
Ordenador: HILDEMBERG DA SILVA CRUZ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 650960
ERRATA DA PUBLICAÇÃO N°. 649303, PUBLICADA NO
DOE 32586 DE 18/02/2014.

Onde șe-lê: Ato: TÉRMINO DE VÍNCULO

Término de Vínculo: 13/02/2014 Temporário / MARILENA DA TRINDADE FURTADO (AUXILIAR OPERACIONAL)

Leia-se:
Ato: TERMINO DE VÍNCULO
Término de Vínculo: 20/02/2014
Temporário / MARILENA DA TRINDADE FURTADO (AUXILIAR
OPERACIONAL)

^{ONAL)} NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 650871 NOTIFICAÇÃO Nº 55437/CONJUR/2013

À ODIEL DOS ANJOS DE FREITAS Endereço: PASSAGEM PRATINHA DA 28 BAIRRO: BENGUI

Endereço: PASSAGEM PRATINHA DA 28
BAIRRO: BENGUI
CEP: 66.643-500 - Belém -PA
Pelo presente instrumento, fica ODIEL DOS ANJOS DE
FREITAS, CPF nº 935.068.052-15, notificado, de acordo
com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº
119125/2010, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº
3320/2010 - GERAD, por estar exercendo atividade de depósito
de irregular de resíduos sólidos, sem o prévio licenciamento, do
órgão ambiental competente, no qual a Secretária de Estado
de Meio Ambiente, em consonância com o Parecer Jurídico nº
6351/CONJUR/SECAD/2012, nos termos que dispõe o art. 33
da Lei Estadual nº 5.887/1995, enquadrando-se no art.
118, incisos I e VI, da mesma Lei, em consonância com
os arts. 70 da Lei Federal nº 9.605/98 e 62 do decreto
federal nº 6.514/2008 aplicou a penalidade de MULTA
SIMPLES, no valor de 2.000 UPF's, cujo recolhimento deverá
ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a
partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente
ato, nos termos do art. 138, §3°, da lei 5.887/95, de acordo com
o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, I; 122, I, todos da Lei o previsto nos **arts. 115; 119, II ; 120, I ; 122, I**, todos da Lei Estadual nº 5.887/95.

Estadual nº 5.887/95. Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer **redução de 20%** (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de **5 (cinco)** dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3°, da lei 5.887/95, importará no **acréscimo moratório de 1%** (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua **imediata inscrição em Dívida Ativa**, para contratos indicial do acordo com a disposta pos atiraços valor do debito e sua **imediata inscrição em Divida Ativa**, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1°, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de **parcelamento da multa** imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3°, II e 4° do Decreto n° 1.177/08. O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

^{IO.} NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 650873 NOTIFICAÇÃO Nº 55267/CONJUR/2013

À R. M. DE SOUSA RAMOS

R. M. DE SOUSA RAMOS
Endereço: AV BEIRA MAR Nº 26 BAIRRO CENTRO
CEP: 68.721-000 - Salinópolis -PA
Pelo presente instrumento, fica **R M DE SOUZA RAPOSO, CNPJ n° 07.294.132/0001-12,** notificado, de acordo com o que
consta nos autos do Processo Administrativo nº 14424/2011, consta nos autos do Processo Administrativo nº 14424/2011, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 3425/2011 - GEMAM, por estar exercendo atividade de hotelaria em face de utilizar captação de água subterrânea sem possuir autorga de direito de uso de recursos hídricos, no qual a Secretária de Estado de Meio Ambiente, em consonância com o Parecer Jurídico nº 5697/CONJUR/SECAD/2011, nos termos que dispõe o art. 12 da Lei nº 6.381/2001, as condutas tipificadas no art. 118, I e VI, da Lei nº 5.887/1995, bem como incisos IV e VI, do artigo 81 da Lei Estadual nº 6.381/2001, contraindo arts. 66 e 80, do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o artigo 70, da Lei Federal nº 9.605/1998, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 1.000 UPF's, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3°, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, I; 120, I, todos da Lei Estadual nº 5.887/95. Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de

120, I; 122, I, todos da Lei Estadual nº 5.887/95.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3°, da lei 5.887/95, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1°, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3°, II e 4° do Decreto nº 1.177/08. O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 650875 NOTIFICAÇÃO Nº 57551/CONJUR/2014

FAZENDA MAISA - SIPASA SERINGA INDUSTRIAL DO PARÁ SA ENDERGIA MAISA – SIPASA SERINGA INDUSTRIAL DO PARA SA Endereço: RODOVIA PA 150 KM 122 – ESTRADA DO PROJETO SERINGUEIRA, KM 42 – BAIRRO ESTRADA, ZONA RURAL CEP: 68.450-000 - Moju –PA Pelo presente instrumento, fica SIPASA- SERINGA INDUSTRIAL DO PARÁ S/A, CNPJ nº 04.363.966/0001-44,

notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 31174/2012, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 4846/2012-GEFLOR, por estar exercendo atividade de PMFS- Plano de Manejo Florestal Sustentável, em face de prestar informações falsas ao sistema oficial de monitoramento prestar informações falsas ao sistema oficial de monitoramento de transporte de produtos florestais, sem o prévio licenciamento, do órgão ambiental competente, no qual a Secretária de Estado de Meio Ambiente, em consonância com o Parecer Jurídico nº 8816/CONJUR/SECAD/2013, nos termos que dispõe o art. 82, do Decreto Federal nº 6.514/2008; enquadrando-se no art. 118, incisos VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995; em consonância com o art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 100.000 UPF's, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3°, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119 II; 120 III; 122 III, todos da Lei Estadual nº 5.887/95.

5.88//95.
Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer **redução de**20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no
prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de
10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes
a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3°,
da lei 5.887/95, importará no acréscimo moratório de 1% da lei 5.887/95, importara no acrescimo moratorio de 1% (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1°, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo